Negresco S.A. -Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS Relatório da Administração - 1º Semestre de 2021

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da **Negresco S/A** - **Crédito**, **Financiamento e Investimentos**, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao primeiro semestre de 2021.

Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2021, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 3,76% e o relatório Focus aponta que o índice fechará o ano em 6,56% sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central é de 3,75% para o ano de 2021. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 2%, teve sequência de aumentos e terminou o semestre em 4,25%.

O que mais afetou o cenário econômico desde o primeiro semestre de 2020, no Brasil e no mundo, foi a pandemia de COVID-19 e continuará afetando durante o segundo semestre. Além de afetar a saúde da população, que causou muitas perdas humanas, há reflexo também na saúde financeira das empresas e da população em geral. Várias medidas do Governo Federal, tais como, auxílio emergencial para trabalhadores, suspensão da cobrança de IOF nas operações de crédito, postergação de recolhimento de encargos trabalhistas e tributos, flexibilização temporária das regras trabalhistas, entre outras, estão ajudando bastante, empregados e empregadores, mas comprometem as metas fiscais do Governo.

Para 2021, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 6,56% no ano, a taxa SELIC em 7% e o PIB com crescimento de 5,29%.

A NEGRESCO continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às

sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, no semestre findo em 30 de junho de 2021, apurou lucro de R\$ 13,36 milhões. O Patrimônio líquido encerrou o semestre totalizando R\$ 87,67 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro.

Em 14 de janeiro de 2021, foram pagos R\$ 2,042 milhões de dividendos obrigatórios de 2020. Restou um total de R\$ 13,943 milhões de dividendos de 2020 que não foram distribuídos por determinação do Conselho Monetário Nacional através da Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a NEGRESCO fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Banco Central do Brasil. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 27 e no endereço eletrônico http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da **NEGRESCO** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 24 de agosto de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e Diretores da

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-PR

Andre Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020		Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Disponibilidades	4	125	146	Valores financiados a repassar	11	1.382	1.600
Impostos e contribuições a compensar	5	2.795	2.767	Contas a pagar	12	1.747	1.773
Outros ativos	6	1.178	2.338	Obrigações societárias	19	-	2.042
Instrumentos financeiros Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	208.579 31.990	195.683 22.782	Fiscais e previdenciárias	13	8.276	3.455
Operações de crédito - setor privado Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédi	7 7	215.152 (38.563)	216.257 (43.356)	Outros passivos		13	17
Créditos tributários	8	8.567	5.701	Provisões - outras	14	2.200	1.460
Garantias judiciais	16	1.828	1.767	Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	118.074	119.146
Garantias judiciais	10	1.020	1.707	Participação no resultado (empregados)	15	629	1.170
Imobilizado	9	633	758	Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	3.759	4.241
Imobilizado em uso Depreciação acumulada		6.700 (6.067)	6.688 (5.930)	Patrimônio líquido	19	87.670	74.311
				Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Intangível	10	45	55	Reserva legal		6.677	6.009
Licenças e direitos		651	651	Reserva especial de lucros		13.943	13.943
Amortização acumulada		(606)	(596)	Lucros acumulados		12.691	-
Total do ativo		223.750	209.215			223.750	209.215

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Demonstrações de resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		80.305	81.812
Operações de crédito	7	72.599	76.120
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	7.325	5.357
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	381	335
Despesas da intermediação financeira		(4.124)	(4.937)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(2.106)	(2.931)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(2.018)	(2.006)
Resultado da intermediação financeira		76.181	76.875
Outras receitas operarionais		3.024	2.141
Receita de prestação de serviços	20	1.580	1.970
Lucro na venda de operações de crédito	7.d.1	1.283	-
Outras receitas operarionais		161	171
Principais despesas operacionais		(29.542)	(28.169)
Despesas com pessoal	21	(11.522)	(9.914)
Despesas administrativas	22	(14.209)	(14.367)
Despesas tributárias	23	(3.515)	(3.653)
Outras despesas operacionais		(296)	(235)
Despesas de provisões		(28.640)	(40.259)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(29.094)	(40.226)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	427	152
Provisão para contingências cíveis	16.b	55	(222)
Outras provisões		(28)	37
Resultado operacional		21.023	10.588
Resultado não operacional		0	(1)
Resultado antes dos tributos e participações		21.023	10.587
Imposto de renda e contribuição social	24	(7.664)	(4.231)
Contribuição Social e Imposto de Renda correntes		(10.530)	(4.228)
Contribuição Social e Imposto de Renda diferidos		2.866	(3)
Lucro líquido do semestre		13.359	6.356
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		245,75	116,93

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do semestre	13.359	6.356
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do semestre	13.359	6.356

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		_	Reservas de	lucros		
	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	_	54.359	5.013	10.568	<u>-</u> _	69.940
Lucro líquido do semestre		-	-	-	6.356	6.356
Destinações Reserva Legal Dividendos	19.b 19.c	<u>-</u>	318	(10.568)	(318)	(10.568)
Saldos em 30 de junho de 2020	=	54.359	5.331	<u>-</u>	6.038	65.728
Saldos em 31 de dezembro de 2020	_	54.359	6.009	13.943	<u> </u>	74.311
Lucro líquido do semestre		-	-	-	13.359	13.359
Destinações Reserva Legal Dividendos	19.b 19.c	<u>-</u>	668	- 	(668)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	=	54.359	6.677	13.943	12.691	87.670
Mutações do semestre	_	<u> </u>	668	<u>-</u>	12.691	13.359

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	40.016	47.157
Lucro líquido do semestre	13.359	6.356
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.866)	3
Depreciações e amortizações	147	171
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito	29.094	40.226
Apropriação da despesa antecipada	139	170
Provisão para passivos contigentes	171	268
Provisão (reversão) - outras	(28)	(37)
Variações em ativos e passivos		
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(32.782)	(16.794)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	(28)	(56)
(Aumento) redução em outros ativos	1.049	1.201
(Aumento) redução em garantias judiciais	(61)	(257)
Aumento (redução) em contas a pagar	(26)	(146)
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	(218)	(1.008)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	10.125	3.602
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	(1.072)	2.540
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	(541)	(607)
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	684	(183)
Aumento (redução) em contingências	(653)	(197)
Aumento (redução) em passivos diversos	52	(2)
CSLL e IRPJ pagos no período	(5.304)	(3.604)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	11.241	31.646
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(12)	(7)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(12)	(7)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(2.042)	(10.568)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.042)	(10.568)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	9.187	21.071
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre	22.928	11.522
Caixa e equivalentes a caixa no fim do semestre	32.115	32.593

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), companhia fechada, foi constituída em 1° de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão — Curitiba — Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia da COVID-19, em meados de março de 2020, a Financeira passou a adotar as orientações dos agentes de saúde, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os funcionários foram orientados a realizarem seus trabalhos em suas residências. Aqueles que tinham condições técnicas passaram a trabalhar remotamente, mesmo que o sindicato dos trabalhadores permitisse que até 30% dos empregados comparecessem ao local trabalho.

Atualmente, menos de 30% do quadro de funcionários estão realizando seu trabalho nas dependências da Financeira, num processo de revezamento. Vale destacar que a atividade da Financeira não é de atendimento ao público em suas dependências. As atividades são através de lojistas (correspondentes no país) e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de crédito e inadimplência e, pelo números apurados, há indícios de que a inadimplência aumente no segundo semestre de 2021. Tais expectativas estão refletidas na revisão do orçamento.

O maior ofensor deste quadro de aumento da inadimplência é atribuído à redução dos valores do auxílio emergencial, associado à demora na retomada das atividades econômicas.

A Financeira vai continuar atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) , nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 24 de agosto de 2021, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financeira foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contáveis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e provisão para contigências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a

finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível Intervalo de atraso Percer	itual de provisão
AA A vencer	-
A Até 14 dias	0,50%
B De 15 a 30 dias	1,00%
C De 31 a 60 dias	3,00%
D De 61 a 90 dias	10,00%
E De 91 a 120 dias	30,00%
F De 121 a 150 dias	50,00%
G De 151 a 180 dias	70,00%
H Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de *impairment* nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de "*impairment*".

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "*impairment*".

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "*pro-rata*" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e

calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001. A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 elevando-a de 15% para 20%.

Este aumento da alíquota impactou os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias que têm expectativa de realização no segundo semestre de 2021.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento

Técnico n° 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais -** são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

l. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira, de acordo com Resolução BACEN nº 2, de 27 de novembro de 2020, a Financeira passou a divulgar de forma segregada em nota explicativa os resultados não recorrentes. A Financeira estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Financeira, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	125	146
Aplicações interfinanceiras de liquidez	31.990	22.782
Total	32.115	22.928

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas entre 96% e 99,8% do DI (Certificado de Depósito Interbancário), todas com vencimento para o dia 1º de julho de 2021 (em 31 de dezembro de 2020 as aplicações interfinanceiras foram contratadas com as mesmas taxas e com vencimento para 04 de janeiro de 2021).

A financeira auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2021, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 381 (R\$ 335 em 30 de junho de 2020).

5 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	2.258	2.234
Contribuição Social	343	340
Outros	194	193
Total	2.795	2.767

Referem-se a saldos negativos de IRPJ e CSLL originados pelos pagamentos mensais pela receita bruta os quais foram maiores que o devido apurado no final do exercício, quando é lançado o juro sobre o capital próprio: exercício de 2019, no montante de R\$ 1.093, e do exercício de 2020, no montante de R\$ 1.508. A compensação será efetuada assim que houver necessidade de caixa ou estiver findando o prazo de prescrição. O prazo médio de liquidez é de 65 dias.

	Montante a ser realizado em:	Até 12 meses 2.601	Após 12 meses 194
6	Outros ativos		
		30/06/2021	31/12/2020
	Contas a receber – Bancos	-	722
	Contas a receber – Lojistas	306	707
	Adiantamento de benefícios	314	285
	Adiantamento de 13º salário	325	-
	Despesas antecipadas	92	185
	Outros valores	220	550
	Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(79)	(111)
	Total	1.178	2.338

O prazo médio de liquidez é de 76 dias.

Até 12 mesesApós 12 mesesMontante a ser realizado em:1.1753

7 Operações de crédito e Provisão para perdas esperadas em operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	30/06/2021	31/12/2020
Operações de crédito:		
Empréstimos	29.097	35.835
Financiamentos	185.498	178.871
Capital de giro	557	1.551
Subtotal	215.152	216.257
Provisão para perdas em operações de crédito	(38.563)	(43.356)
Total	176.589	172.901

Até 12 mesesApós 12 mesesMontante a ser realizado em:169.9046.685

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	30/06/	30/06/2021		2020
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:		,		,
Pessoa física	214.590	99,74%	214.706	99,28%
Comércio	562	0,26%	1.418	0,66%
Outros serviços			133	0,06%
Total	215.152	100,00%	216.257	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	30/06/2021		31/12/2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas Parcelas a vencer:	39.800	18,50%	41.878	19,36%
Até 90 dias	82.450	38,32%	79.810	36,91%
De 90 a 360 dias	86.057	40,00%	87.687	40,55%
Acima de 360 dias	6.845	3,18%	6.882	3,18%
Total	215.152	100,00%	216.257	100,00%

A taxa média praticada no semestre pela financeira foi de 13,01% (13,52% em 31 de dezembro de 2020) ao mês para empréstimo e de 6,12% (6,15% em 31 de dezembro de 2020) ao mês para financiamento. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 72.599 (R\$ 76.120 em 30 de junho de 2020).

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de créditos

Descrição	1º semestre de 2021	2º semestre de 2020	1º semestre de 2020
Saldo do início do período	(43.356)	(55.901)	(61.417)
Constituição (líquida de reversão)	(29.094)	(26.887)	(40.226)
Baixa para prejuízo	33.887	39.432	45.742
Saldo final do período	(38.563)	(43.356)	(55.901)

Foram recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2021, créditos no valor de R\$ 7,325 milhões (R\$ 5,357 milhões em 30 de junho de 2020), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira e concedeu R\$ 2,018 milhões de descontos nos recebimentos (R\$ 2,006 milhões em 30 de junho de 2020) lançados na rubrica despesas da intermediação financeira.

Em 22 de março de 2021, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, referente parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 5 (cinco) anos. A transação foi efetuada com a cessionária Barra Recovery Securitizadora de créditos S/A. Em 24 de março, a cessão foi efetivada e foram baixados 197.074 contratos com totais de R\$ 212 milhões em valor nominal e R\$ 1,279 milhão em valor de cessão e este valor foi quitado no mesmo dia pela cessionária.

Abaixo, um resumo das transações que geraram os montantes registrados na rubrica de lucro na venda de operações de crédito:

	Saldo curva	Deságio	Resultado líquido
Cessão de carteira prejuízo (Barra Recovery)	178.267	(176.988)	1.279
Outras cessões carteira prejuízos	4	<u> </u>	4
Total	178.271	(176.988)	1.283

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 não houve renegociação de operações de crédito.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas em operações de crédito em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2021

Empeástima	/ Financiamenta
Embresumo /	/ Financiamento

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro Fir	nanciamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	15.247	-	119.269	134.516	673
В	Normal	1,00%	1.420	295	9.733	11.448	114
	Vencido	1,00%	285	-	1.555	1.840	18
C	Normal	3,00%	1.121	262	6.926	8.309	249
	Vencido	3,00%	416	-	1.854	2.270	68
D	Normal	10,00%	771	-	4.632	5.403	540
	Vencido	10,00%	540	-	2.283	2.823	282
Е	Normal	30,00%	885	-	3.714	4.599	1.380
	Vencido	30,00%	759	-	2.892	3.651	1.095
F	Normal	50,00%	500	-	3.133	3.633	1.817
	Vencido	50,00%	835	-	3.578	4.413	2.207
G	Normal	70,00%	312	_	2.339	2.651	1.856
	Vencido	70,00%	754	-	3.685	4.439	3.107
Н	Normal	100,00%	660	-	4.133	4.793	4.793
	Vencido	100,00%	4.592		15.772	20.364	20.364
	Total		29.097	557	185.498	215.152	38.563

Posição em 31 de dezembro de 2020

Empréstimo / Financiamento

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro l	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	16.544	-	128.797	145.341	727
В	Normal Vencido	1,00% 1,00%	1.179 278	1.246	7.119 1.087	9.544 1.365	95 14
С	Normal Vencido	3,00% 3,00%	872 340	172	4.257 1.141	5.300 1.480	159 44
D	Normal Vencido	10,00% 10,00%	576 420	-	2.786 1.349	3.362 1.770	336 177
E	Normal Vencido	30,00% 30,00%	461 563	-	2.060 1.545	2.521 2.108	756 632
F	Normal Vencido	50,00% 50,00%	371 674	-	1.301 1.457	1.672 2.131	836 1.065
G	Normal Vencido	70,00% 70,00%	300 762	-	1.079 1.690	1.378 2.452	965 1.716
Н	Normal Vencido	100,00% 100,00%	1.364 11.132	59 74	3.838 19.366	5.261 30.572	5.261 30.572

Ŀ	lmpré	estimo	/ l	'inan	ciam	ento	

Nível de Risco	Situação	% de Provisão Empréstimo	Capital de Giro Financiamento	Total	Valor da Provisão
	Total	35.835	1.551 178.871	216.257	43.356

8 Créditos tributários

A Negresco registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

•	30/06/20	21	31/12/2020
Origem dos créditos tributários			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.2	28	3.919
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito diferença de alíquota de CSL	L 7	20	-
Provisão para contingências trabalhistas	9	66	1.137
Provisão para contingências cíveis	5	38	560
Outros	1	02	85
Outros – diferença de alíquota de CSLL		13	
Total	8.5	<u>67</u>	5.701
	Até 12 meses	Apá	ós 12 meses
Montante a ser realizado em:	7.063		1.504

No período findo em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2020	Constituição	Utilização /Reversão	Saldo Final 30/06/2021
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.449	3.442	(1.999)	3.892
Provisão para contingências	1.061	83	(204)	940
Outras provisões	53	65	(54)	64
Créditos Tributários de IRPJ	3.563	3.590	(2.257)	4.896
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.470	2.785	(1.199)	3.056
Provisão para contingências	636	49	(121)	564
Outras provisões	32	52	(33)	51
Créditos Tributários de CSLL	2.138	2.886	(1.353)	3.671
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	5.701	6.476	(3.610)	8.567

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução CMN nº 4.842/2020, as instituições financeiras devem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O

registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2021, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Expectativa de Realização	
	30/06/2021	31/12/2020
2021	6.599	3.540
2022	541	606
2023	561	626
2024	866	929
Total	8.567	5.701

O valor presente do crédito tributário em 30 de junho de 2021 é de R\$ 7.840 (R\$ 5.463 em 31 de dezembro de 2020), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 6,23% (2,4% em 31 de dezembro de 2020) ao ano para os períodos correspondentes.

A majoração da alíquota da contribuição social, que vigorará no período de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 e passou de 15% para 20%, foi aplicada sobre as diferenças temporárias cuja realização deverá ocorrerer no segundo semestre de 2021 e aumentou o resultado do período em R\$ 733.

Créditos tributários não registrados

A financeira não possui créditos tributários não registrados em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

9 Imobilizado de uso

			30/06/2021		31/12/2020
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
		Custo	Acumulada	Saluo Ilquiuo	Suluo Elquiuo
Instalações		419	(403)	16	18
Móveis e equipamentos		6.230	(5.655)	575	693
Outros		51	(9)	42	47
Total		6.700	(6.067)	633	758
Movimentações do imobilizado	em uso:				
			Móveis e		
	Instalações	Equip	pamentos	Outros	Total
Saldo inicial	18		693	47	758
Aquisição	0		12	0	12
Depreciação	(2)		(130)	(5)	(137)
Saldo final	16		575	42	633

10 Intangível

		30/06/2021		
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	651	(606)	45	55
Total	651	(606)	45	55
Movimentações do intangível:				
				Licenças
Saldo inicial				55
Amortização				(10)
Saldo final				45

11 Valores financiados a repassar

Tratam-se de valores financiados e efetivados nos últimos dias do semestre que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de julho.

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar com prazo médio ponderado de liquidez de 6 (seis) dias.

	30/06/2021	31/12/2020
Serviços prestados a pagar	921	1.072
Outros	826_	701
Total	1.747	1.773

13 Fiscais e previdenciárias

	30/06/2021	31/12/2020
COFINS	473	510
Contribuição social	2.848	809
Imposto de renda pessoa jurídica	4.138	951
INSS	318	298
FGTS	71	97
PIS	77	83
Tributos retido na fonte	326	689
Outras	25	18
Total	8.276	3.455

O prazo médio de liquidez é de 145 dias devido aos pagamentos de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social serem realizados pela receita bruta o que gera saldo para pagamento em janeiro de 2022.

21/12/2020

20/07/2021

14 Provisões – outras

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para férias	1.435	1.266
Provisão para décimo terceiro salário	511	-
Provisão para a décimo terceira cesta alimentação	56	-
Outras	198	194
Total	2.200	1.460

A realização se dará num prazo médio de 166 dias.

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido em exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.141,27 (três mil, cento e quarenta e um reais e vinte sete centavos) e limitado ao teto de R\$ 14.991,48 (quatorze mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos). Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 628,26 (seiscentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos). Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurarem prejuízo no final do exercício.

O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 1.884,77 (hum mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) para cada empregado até o dia 20 de setembro de 2021 e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do ano seguinte.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o valor acumulado a pagar foi R\$ 629 (R\$ 1.170 em

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

31 de dezembro de 2020).

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	1.344	504	1.399	495
Contingências trabalhistas	2.415	1.324	2.842	1.272
Total	3.759	1.828	4.241	1.767

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	1.399	2.842	4.241
Adições / atualizações monetárias	224	207	431
Reversão	(137)	(124)	(261)
Pagamento	(142)	(510)	(652)
Saldo final em 30 de junho de 2021	1.344	2.415	3.759
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	1.245	2.862	4.107
Adições / atualizações monetárias	351	214	565
Reversão	(91)	(206)	(297)
Pagamento	(37)	(160)	(197)
Saldo final em 30 de junho de 2020	1.468	2.710	4.178

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 44 processos cíveis (47 em 31 de dezembro de 2020) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 576 (R \$ 601 em 31 de dezembro de 2020). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 3 processos trabalhistas (3 em 31 de dezembro de 2020) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 12 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2020). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Maringá, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03, 10.09 e 15.05 cujas alíquotas são de 3%, 2% e 5%, respectivamente. Pelo auto de infração, há a reclassificação dos códigos 10.09 e 01.03 para os códigos 10.02 e 15.05, respectivamente. O montante do auto de infração foi anulado (R\$ 689 em 31 de dezembro de 2019). Em 13 de fevereiro de 2020, foi provido, por unanimidade, o Recurso Voluntário da Crediparaná, para declarar a nulidade do Auto de Infração lavrado contra a Financeira e, em 22 de maio de 2020, foi publicada a ata do julgamento ocorrido em 13 de fevereiro de 2020.

Da mesma maneira, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração é de R\$ 185 (R\$ 167 em 31 de dezembro de 2020).

A Receita Federal não acolheu as razões apresentadas na manifestação de inconformidade

apresentada pela Financeira e manteve o despacho decisório que não homologou a compensação de crédito por pagamento indevido de COFINS, em janeiro de 2013. O crédito é comprovado pela declaração DACON e pelos registros contábeis. O jurídico da Financeira entende que é possível reverter a situação e, assim, interpôs Recurso Voluntário perante à Receita Federal. O montante atualizado do débito compensado e não homologado é de R\$ 110 mil (sem valor em 31 de dezembro de 2020).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que os processos não se tratam de uma obrigação legal, foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados entre 108% e 200% do DI e, também, taxas préfixadas entre 5,5% e 8% ao ano em 2021 e 2020. Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem no primeiro dia do mês de julho, o prazo médio ponderado dos títulos seria de 290 dias (em 31 de dezembro de 2020 o prazo médio ponderado era de 281 dias). Do total das captações, 72,62% são com partes relacionadas (em 31 de dezembro 72,55% eram com partes relacionadas).

a.1.Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

	30/06/2021			
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	49.789	12.618	55.667	118.074
Total			=	118.074
	31/12/2020			
		31/12/	2020	
	Até 3 meses	31/12/ De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	Até 3 meses 25.820	De 4 a 12	Acima de 12	Total 119.146

a.2.Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	30/06/2021	30/06/2020
Recursos de aceites cambiais Fundo Garantidor de Crédito	2.035 71	2.852 79
Total	2.106	2.931

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	30/06/2021		31/12/2020	30/06/2020
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Descrição	(passivo)	(despesa)	(passivo)	(despesa)
Recursos de aceites cambiais	(85.748)	(1.314)	(86.437)	(1.735)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(49.708)	(769)	(50.701)	(1.079)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(2.093)	(32)	(2.243)	(39)
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(3.481)	(54)	(3.636)	(48)
Antônio João Beal	(728)	(11)	(737)	(14)
José Gilberto Beal	(188)	(3)	(185)	(3)
Sergio Shozi Yamamoto	(189)	(3)	(187)	(3)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(809)	(11)	(703)	(11)
Giuliana Gasparin Lucchesi Kaesemodel	(39)	(0)	(30)	-
Empreendimentos Florestais Cambijú LTDA	(5.712)	(79)	(4.507)	(78)
Kaesemodel Gastronomia EIRELI	(23)	(1)	(65)	(2)
Negresco Administração e Participações LTDA	(17.466)	(272)	(18.314)	(376)
Negresco Serviços de Cobrança LTDA	(1.585)	(23)	(1.426)	(29)
Oelo Locação de Equipamentos Eletrônicos LTDA	(1.856)	(28)	(1.816)	(8)
Transesp Comércio de Imóveis LTDA	(1.872)	(28)	(1.888)	(43)
Remuneração da administração		(1.191)		(1.268)
Despesas com remuneração dos administradores	-	(1.191)	-	(1.268)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2020), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.360 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel.

Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Total	54.359.021	<u>-</u>	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No semestre, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 668 (R\$ 318 em 30 de junho de 2020).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução CMN nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 30 de janeiro de 2020, foi aprovada a distribuição de lucro de 2019 no montante de R\$ 10.568. Em 03 de fevereiro de 2020, o montante de R\$ 9.714 foi transformado em letras de câmbio em nome dos acionistas e o montante R\$ 854 foi pago aos acionistas.

A destinação e o pagamento dos dividendos mencionada acima, foram efetuados antes da emissão da Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, que define a vedação ao aumento de remuneração da alta administração, distribuição de dividendos acima do obrigatório e juros sobre o capital próprio, recompra de ações e redução do capital social. Os montantes sujeitos a essas vedações não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, inclusive sob a forma de distribuição de lucros. As vedações se aplicam até 31 de dezembro de 2020. Considerando isso, a Financeira observará os termos da resolução para futuras destinações.

Em 14 de janeiro de 2021, foram pagos R\$ 2.042 de dividendos obrigatórios de 2020, cujo valor está em conformidade com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.820/2020, com redação atualizada pelo Resolução nº 4.885/2020.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito no montante foi de R\$ 1.580 (R\$ 1.970 em 30 de junho de 2020).

21 Despesas de Pessoal

	30/06/2021	30/06/2020
D	4.077	4.620
Proventos	4.977	4.630
Benefícios	1.977	2.020
Encargos sociais	1.870	1.770
Pró-labore	700	700
Participação nos lucros e resultados	629	590
Indenizações	535	197
Provisão para férias e 13º salário	685	(80)
Treinamentos	149	87
Total	11.522	9.914

22 Despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Serviços de terceiros	5.429	5.991
Técnicos especializados	4.532	4.398
Serviços dos sistemas financeiros	1.244	1.209
Serasa/Associação Comercial	1.250	943
Processamento de dados	431	375
Locação de imóveis	378	364
Comunicação	340	313
Consumo de energia elétrica e água	101	102
Despesas com viagens	72	77
Outros	432	595
Total	14.209	14.367

23 Despesas tributárias

	30/06/2021	30/06/2020
COFINS	2.903	3.026
PIS	472	492
ISS	79	99
Outros	61	36
Total	3.515	3.653

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2021	30/06/2020
Impostos correntes:		
Imposto de renda	6.577	2.638
Contribuição social	3.953	1.590
Total	10.530	4.228
Impostos Diferidos		
Imposto de renda	(1.333)	2
Contribuição social	(1.533)	1
Total	(2.866)	3
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.664	4.231
Conciliação do imposto de renda e contribuição social no	rocultodo	
Concinação do imposto de renda e contribuição sociai no	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	21.023	10.587
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(8.409)	(4.235)
(Adições) exclusões permanentes:		
Adições permanentes	-	(8)
Exclusões permanentes		
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(8.409)	(4.243)
Diferença de 5% na alíquota da CSLL sobre diferença temporárias	733	-
Outros	12	12
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(7.664)	(4.231)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

26 Gerenciamento de riscos

b.

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de crédito

Risco de Credito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:

- Processos e operações;
- Segurança da informação;
- Pessoas;
- Tecnologia;
- Fraudes;
- Legal; e
- Reputacional.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.

Risco de liquidez

É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.

Risco socioambiental

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx.

27 Patrimônio de referência exigido

As instituições financeiras, optantes pela metodologia facultativa simplificada (S5), devem manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 17%, até 30 de abril de 2020, de 15%, de 1º de maio de 2020 à 30 de abril de 2021, de 15,5%, de 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021, e de 16,25%, de 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022, conforme Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017.

		30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PRs5)	a	86.006	72.474
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	52.548	55.345
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	161.181	152.009
$RWA_{Simp}(b+c)$	d	213.730	207.354
	-		
PR _{S5} mínimo exigido (d x 15% e 17% respectivamente)	e	33.128	31.103
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		52.878	41.371
Índice de Basileia BACEN (a / d)		40,24%	34,95%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		15,5%	15%

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade

Sergio Shozi Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador CRC (PR) 035187/O - 7